



<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45832>

SEÇÃO: LIVRE

## “Mas para que proibir falar em alemão?”: Restrições linguísticas no Vale do Rio dos Sinos/RS durante o Estado Novo (1939-1945)

*“But why forbid speaking in German?”: Linguistic Restrictions in the Rio dos Sinos Valley, RS during the Estado Novo (1939-1945)*

*“¿Pero por qué prohibir hablar alemán?”: Restricciones lingüísticas en Vale do Rio dos Sinos/RS durante el Estado Novo (1939-1945)*

**Fernanda Gälzer<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-5699-2331](https://orcid.org/0000-0002-5699-2331)  
[fernanda.galzer@gmail.com](mailto:fernanda.galzer@gmail.com)

**Magna Lima**

**Magalhães<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-9661-4178](https://orcid.org/0000-0001-9661-4178)  
[magna@feevale.br](mailto:magna@feevale.br)

**Recebido:** 06 mar. 2024.

**Aprovado:** 10 jun. 2024.

**Publicado:** 14 ago. 2024.

**Resumo:** Este artigo investiga o impacto da proibição do uso de idiomas estrangeiros, estabelecida pelo Decreto-Lei federal n.º 1.545/1939, sobre a população de imigrantes e descendentes alemães no Vale do Rio dos Sinos/RS. Tal decreto foi formulado durante o Estado Novo (1937-1945), governo ditatorial chefiado por Getúlio Vargas, que, entre outros projetos, pretendia consolidar a identidade brasileira, principalmente por meio da imposição do uso do idioma nacional. A pesquisa explora como a proibição se estendeu aos diversos espaços cotidianos e como a população se adaptou ao contexto de proibições, com base em relatos de história oral de indivíduos que vivenciaram o período, correspondências da Prefeitura Municipal de São Leopoldo e os jornais locais *Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*.

**Palavras-chave:** imigrantes alemães; língua portuguesa; nacionalização.

**Abstract:** This article investigates the impact of the prohibition on the use of foreign languages, established by Federal Decree-Law No. 1.545/1939, on the population of German immigrants and descendants in the Vale do Rio dos Sinos/RS. This decree was formulated during the Estado Novo period (1937-1945), a dictatorial government led by Getúlio Vargas, which, among other projects, aimed to consolidate the Brazilian identity, mainly through the imposition of the use of the national language. The research explores how the prohibition extended to various everyday spaces and how the population adapted to the context of prohibitions, based on oral history accounts from individuals who experienced the period, correspondences from the Government of São Leopoldo, and local newspapers *Correio de São Leopoldo* and *O 5 de Abril*.

**Keywords:** German immigrants, Portuguese language, nationalization

**Resumen:** Este artículo investiga el impacto de la prohibición del uso de idiomas extranjeros, establecida por el Decreto-Ley federal n.º 1.545/1939, sobre la población de inmigrantes y descendientes alemanes en el Valle del Río dos Sinos/RS. Dicho decreto fue formulado durante el Estado Novo (1937-1945), un gobierno dictatorial liderado por Getúlio Vargas, que, entre otros proyectos, pretendía consolidar la identidad brasileña, principalmente a través de la imposición del uso del idioma nacional. La investigación explora cómo la prohibición se extendió a los diversos espacios cotidianos y cómo la población se adaptó al contexto de prohibiciones, basándose en relatos de historia oral de individuos que vivieron el período, correspondencias de la Prefeitura Municipal de São Leopoldo y los periódicos locales *Correio de São Leopoldo* y *O 5 de Abril*.

**Palabras clave:** inmigrantes alemanes; lengua portuguesa; nacionalización.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante os séculos XIX e XX, o Brasil testemunhou uma significativa onda de imigração, que trouxe um notável contingente de estrangeiros. Desses imigrantes, muitos oriundos da Europa, uma parcela preservou práticas culturais trazidas de suas nações de origem. Um dos elementos de maior destaque nesse contexto foi a língua de imigração, a qual foi transmitida de geração em geração, deixando uma marca na cultura e identidade dessas comunidades.

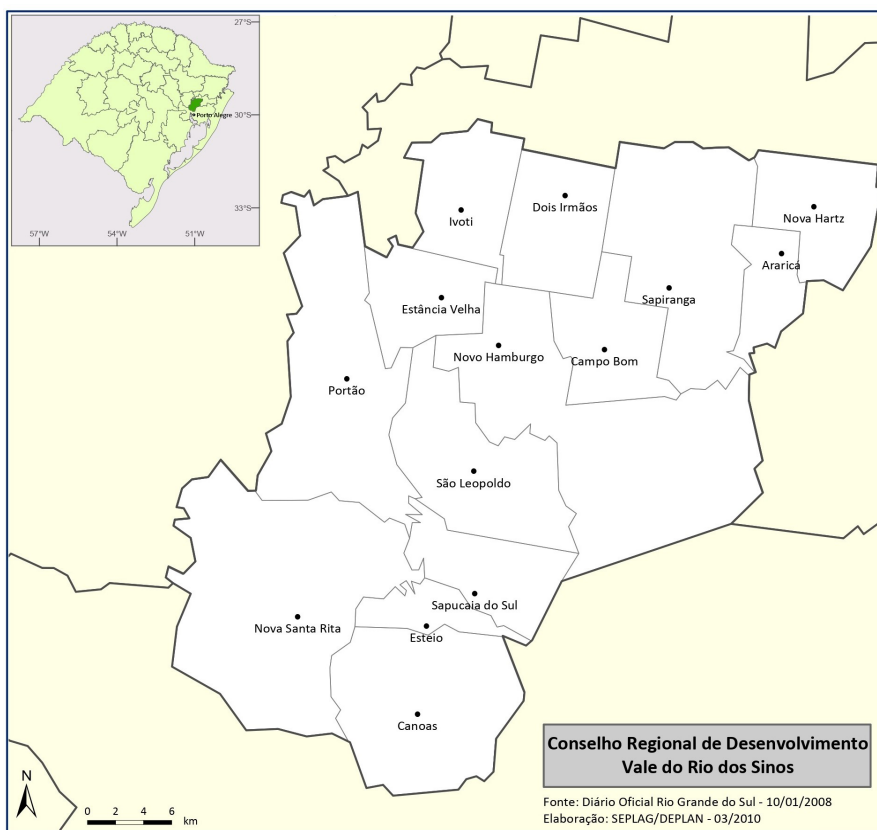
No entanto, a manutenção da língua de imigração começou a ser percebida como um obstáculo para a construção de uma identidade nacional brasileira, especialmente a partir da década de 1930. Nesse período, ganhou destaque, na agenda política nacional, a Campanha de Nacionalização, projeto do governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945). Em 25 de agosto de 1939, foi promulgado o Decreto-Lei federal n.º 1.545, com o objetivo de facilitar a integração dos brasileiros descendentes de estrangeiros à

cultura nacional. Esse documento estabeleceu várias diretrizes, incluindo a proibição do uso de idiomas estrangeiros, o que teve um impacto direto no dia a dia de uma parcela significativa da população.

Considerando esse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o impacto da proibição do uso de idiomas estrangeiros, estabelecida pelo Decreto-Lei federal n.º 1.545/1939, sobre a população de imigrantes e descendentes alemães no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa concentrar-se-á na compreensão das consequências diretas da proibição, examinando os efeitos dessa medida no cotidiano da população da localidade estudada.

O Vale do Rio dos Sinos fica na região metropolitana de Porto Alegre/RS e compreende as atuais cidades de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul, como é possível observar na figura abaixo.

**Figura 1** – Mapa do Vale do Rio dos Sinos



O Vale do Rio dos Sinos compreende parte da primeira região no RS a receber imigrantes oriundos da Alemanha. Em 1824, a Colônia Alemã de São Leopoldo foi fundada na região e, ao longo das décadas seguintes, continuou a atrair imigrantes alemães, estabelecendo uma conexão substancial com as manifestações culturais dessa etnia. No entanto, a partir da Campanha de Nacionalização, as diversas manifestações culturais estrangeiras passaram a ser cerceadas.

Para obter uma melhor compreensão das consequências da proibição, recorreu-se à metodologia da História Oral. Segundo Alessandro Portelli (2001, p. 10), o conceito de História Oral é autoexplicativo: "história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão". Conforme argumenta Portelli (2001), a construção do discurso produzido na História Oral é um processo conjunto entre o entrevistado e o historiador, formado tanto pelo que é dito quanto pelo que é ouvido, resultando em uma fonte oral coproduzida.

As fontes orais desta pesquisa foram constituídas por meio de entrevistas com perguntas abertas, realizadas em 2018, com sete interlocutores. Entre eles, dois homens e cinco mulheres, todos brasileiros, descendentes de imigrantes alemães, com idades entre 65 e 94 anos na época. Os entrevistados, residentes no Vale do Rio dos Sinos, viveram o período estudado ou possuem conhecimento sobre o contexto abordado. Para abranger uma maior variedade de informações e perspectivas, buscou-se entrevistados de diferentes cidades da região. Trata-se aqui de entender que a memória vai além das simples lembranças de eventos passados; é uma construção ativa e contínua, moldada por interpretações e esquecimentos. As memórias são interpretações do passado que se quer preservar (POLLAK, 1989, p. 9), e mesmo que a imprecisão seja um fator, não se deve desconsiderar os espaços ocultos tanto na memória oral quanto na documentação escrita (BARROS, 2004, p. 133).

Além das fontes orais, este estudo incluiu pesquisa documental, o que envolveu a análise de correspondências da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, bem como a análise dos jornais locais *Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*, abrangendo o período de 1937 a 1945<sup>2</sup>.

O artigo propõe-se, nessa perspectiva, a explorar os impactos da proibição do idioma estrangeiro no Brasil durante o período de 1937 a 1945, com um enfoque detalhado em três seções distintas. A primeira examinará o papel do idioma no contexto histórico da época e como a proibição afetou a produção escrita em línguas estrangeiras. A segunda seção abordará de que maneira a proibição influenciou o cotidiano das pessoas, destacando a restrição e o controle da fala, as estratégias adotadas para contornar a dificuldade de não saber o idioma nacional e as formas de resistência à proibição. Por fim, a terceira seção concentrar-se-á nas restrições impostas às igrejas, pois, mesmo sendo a maioria de seus pastores de origem alemã e desconhecendo o idioma nacional, foram obrigadas a pregar em português.

### **"É um dever cívico a defesa da língua": a importância do idioma nacional**

No final de 1937, um relatório elaborado pela 5ª Região Militar apontava a "urgência de uma campanha de nacionalização: uma espécie de batalha interna contra os imigrantes e seus descendentes" (CANCELLI, 1994, p. 132). Esse documento propunha inúmeras medidas para resolver a questão da falta de assimilação dessa parte da população, em que o idioma se destacava como a principal ferramenta para promover a identidade brasileira. Assim, o português deveria ser adotado como a língua oficial nas instituições de ensino, nas práticas religiosas e nas associações (CANCELLI, 1994). Aproximadamente dois anos após, o Decreto-Lei federal n.º 1.545/1939 foi promulgado. Nesse contexto, ressaltava-se a necessidade de os descendentes de estrangeiros

<sup>2</sup> As correspondências da Prefeitura de São Leopoldo e o periódico *Correio de São Leopoldo* fazem parte do acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na cidade de São Leopoldo. O jornal *O 5 de Abril* foi consultado no Arquivo Público de Novo Hamburgo e na Biblioteca Paulo Sérgio Gusmão, da Universidade Feevale, no mesmo município.

se adaptarem à língua nacional, destacando-a como o meio principal em diversos âmbitos públicos, incluindo o serviço militar, as escolas e os contextos religiosos.

Ao atingir sobretudo o espaço público e as relações sociais, o decreto restringiu a população no que tange à sua comunicação, forçando muitos indivíduos ao silenciamento ou, então, sujeitando-os a penalidades, como detenções. Ademais, ao proibir o uso de idiomas estrangeiros, a medida impactou os elementos constitutivos da identidade dessa comunidade.

Essa proibição de idiomas estrangeiros emerge como uma manifestação inerente ao contexto histórico do Estado Novo (1937-1945), um regime governamental ditatorial chefiado por Getúlio Vargas, que buscava a solidificação de uma identidade nacional como um meio de fortalecer o Estado. O período também perpassa pelo cenário mundial turbulento, caracterizado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse contexto global teve um impacto direto na proibição dos idiomas ligados aos países do Eixo, já que o Brasil abandonou sua postura de neutralidade em 1942, declarando guerra às nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Esse novo alinhamento geopolítico contribuiu de maneira crucial para que fossem acordadas as medidas voltadas a reforçar a identidade nacional brasileira, incluindo a proibição do uso de idiomas associados aos países inimigos.

Durante o Estado Novo, a proibição de idiomas estrangeiros representou uma política linguística que validava o uso da língua nacional, de acordo com as análises de Marilene Stroka (2013). Segundo a pesquisadora, a língua nacional sempre desempenhou um papel fundamental na construção da identidade nacional brasileira ao longo da história do País. A língua desempenhava um papel fundamental como fator unificador e distintivo da Nação, visto que a "língua vernácula, [...] é um dos pilares da identidade nacional na construção simbólica do nacionalismo, em conjunto com a coesão cultural" (SEYFERTH, 1999, p.

218). A adoção da língua nacional evoluiu, assim, para um requisito fundamental no contexto da Campanha de Nacionalização, servindo como um meio para impor a assimilação cultural das populações.

Em um texto veiculado pela Agência Nacional e publicado na terceira página do jornal *O 5 de Abril*, em 19 de abril de 1940, sob o título *A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional*, é possível vislumbrar o reflexo dos valores e ações promovidos pelo Estado Novo durante esse período:

O que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua". O grande paladino de civismo, que foi Olavo Bilac, pregou nessa frase uma verdade fundamental que o Estado Novo compreende e transforma em lema e inspiração de muitas iniciativas. [...] É um dever cívico a defesa da língua, porque a língua é para o Brasil a expressão viva e permanente da unidade da Pátria. [...] O Departamento de Imprensa e Propaganda, refletindo a orientação do Presidente da República, a quem está diretamente subordinado, iniciará ainda este mês, uma grande e útil campanha de revigoração do nosso amor ao idioma nacional [...].

No texto, evidencia-se o valor atribuído à língua como um agente unificador da nação, bem como enfatiza-se sua representação da identidade nacional e o papel do brasileiro em proteger sua língua, considerando-o um "dever cívico". Além disso, o documento destaca que o Governo Federal estava incorporando a língua nacional em seus projetos, uma vez que a língua servia como "lema e inspiração" para várias iniciativas. Isso demonstra a atenção do Governo a essa questão, como fica claro ao contemplar a inclusão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para liderar uma "campanha de revigoração" do idioma nacional. A referência à aprovação do Presidente quanto a essa iniciativa ressalta o poder e a influência do departamento. O DIP, estabelecido em 1939, possuía, dentre suas atribuições, a autorização para censura, o que resultou na proibição, em agosto de 1941, da circulação

de publicações em língua estrangeira<sup>3</sup>.

Além da imprensa em idioma estrangeiro estar sujeita à censura, itens contendo inscrições em línguas estrangeiras foram, na medida do possível, adaptados para o português. Sugestões foram feitas para alterar "os nomes das ruas, placas de identificação e cartazes em lojas e fábricas, bem como a nomenclatura de clubes e associações", e até mesmo para modificar "as inscrições góticas em lápides" (SEYFERTH, 1999, p. 221). Inclusive, no ano de 1939, foi criada a Comissão Diretora Pró-Nacionalização dos Nomes Estrangeiros no Rio Grande do Sul (GERTZ, 2005).

As alterações de letreiros em idioma estrangeiro foram motivo de divergências no distrito de Bom Jardim (atual Ivoti). Registrou-se um conflito entre um padre e um subdelegado, no qual o primeiro se recusou a modificar uma inscrição existente em uma cruz. Isso foi relatado em uma correspondência do subdelegado distrital, Augusto Cortivo, dirigida ao delegado de polícia de São Leopoldo, Narciso Cunha, datada de 1942:

[...] fui logo informado do que se havia passado entre a Chefatura de Polícia e Padre Reynaldo Rech, vigário desta paróquia, bem como da maneira insolente com que o mesmo vigário trataria a distintíssima senhorinha e diretora do grupo escolar local. No desempenho do meu cargo, logo notei que o referido padre não recebia bem as determinações da polícia. Como prova disso, bastam as dificuldades encontradas para a tradução do letreiro existente numa grande cruz, localizada ao lado da igreja local e na proibição do uso da língua alemã, fatos esses que, no devido tempo, foram levados ao conhecimento dessa Delegacia, que se viu forçada a fazer várias intimações para que a Lei fosse respeitada (CORTIVO, 1942, n.p).

O padre, possivelmente de ascendência alemã e fluente em alemão, recusou-se a traduzir o letreiro situado próximo à igreja, indicando sua falta de apoio à política de nacionalização. Embora a carta não detalhe se a tradução solicitada fora de fato realizada, esse incidente reflete a política de nacionalização vigente. Isso se alinhava

à intenção de eliminar referências históricas de bens, acidentes geográficos, placas, sepulturas e locais.

A troca de nomes de cidades também ocorreu. Nesse caso, refere-se à cidade de Novo Hamburgo. No ano de 1943, ocorreu uma tentativa de alterar o nome da cidade para Potiguara. Além de Novo Hamburgo, estava prevista uma iniciativa para alterar os nomes de aproximadamente vinte municípios do Rio Grande do Sul, conforme indicação do Diretório de Geografia e Estatística. Um extenso artigo publicado em *O 5 de Abril* apresentou essa perspectiva (PROJETA-SE, 1943). Nesse mesmo artigo, uma correspondência da Associação Comercial de Novo Hamburgo, endereçada ao prefeito Nelson Toohey Schneider, foi reproduzida. Nessa correspondência, argumentos contrários à mudança de nome foram destacados, incluindo o fato de que "Novo Hamburgo" não era um termo toponímico recorrente no país, não possuía semelhanças com nomes estrangeiros e não representava uma homenagem à cidade alemã de Hamburgo. Isso evidenciou que a alteração proposta estava vinculada à política de nacionalização, visto que o nome "Novo Hamburgo" estava sendo interpretado como uma associação à Alemanha. O prefeito, por sua vez, enviou uma carta ao interventor federal, buscando ingerência para preservar o nome. Em janeiro de 1944, foi divulgado que o município constava na lista de cidades que não seriam renomeadas como parte da "recente modificação de nomes de lugares repetidos ou sem relevância nacional" (O MUNICÍPIO, 1944). Isso reforçou a ideia de que as motivações por trás das alterações estavam ligadas ao processo de nacionalização em curso.

A iniciativa de modificar os nomes de cidades, assim como de inscrições e jornais em idioma estrangeiro, destaca o contexto de nacionalização que caracterizou o período do Estado Novo. O Governo tinha como objetivo fortalecer a identidade

<sup>3</sup> Essa censura também refletiu em publicações da região do Vale do Rio dos Sinos. Um dos jornais afetados foi o *Deutsches Volksblatt*, conforme correspondência enviada em 7 de março de 1941, por Hans Rotermond, ao prefeito de São Leopoldo, em que cita que "em 31 de julho vindouro, entrará em vigor o decreto do nosso digníssimo Senhor Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, relativamente a [sic] suspensão das publicações editadas em idiomas estrangeiros", devido a isso, "o jornal 'Deutsches Volksblatt' desaparecerá do cenário da imprensa brasileira. Outro, foi o jornal *O 5 de abril* que, até 1939, publicava diversos anúncios em alemão e, posteriormente, passou a divulgar somente em português.

nacional, afastando-se de influências estrangeiras e fomentando a coesão da sociedade em torno dos princípios brasileiros. No próximo segmento, serão discutidas as implicações resultantes da proibição do uso de línguas estrangeiras, especificamente para a parcela da população que falava alemão e que viu seus direitos linguísticos restringidos.

### **“Tinha que cuidar para não falar o alemão”: o controle da fala**

No Vale do Rio dos Sinos, uma parte da população havia incorporado o uso do idioma de imigração em seu cotidiano. Contudo, diante da proibição, algumas pessoas optaram por restringir o uso desse idioma ao ambiente familiar, enquanto outras resistiram à medida e persistiram em manter o alemão em suas interações cotidianas.

Uma parcela da comunidade residente na região utilizava idioma de imigração, conforme relato da interlocutora Sra. Lia Paz. Ela conta que, no âmbito familiar, comunicava-se exclusivamente em alemão. Com o passar dos anos, no entanto, começou a adotar mais o português, principalmente após ingressar em uma escola pública, quando tinha seis anos, durante o início da década de 1930. Nessas instituições, assim como em outras escolas mencionadas por ela, o idioma predominante era o português:

Sabe que a população do Vale do Rio dos Sinos, ela tem uma parte, de Hamburgo para cima era alemão. De Novo Hamburgo, metade de Novo Hamburgo, pegava o Rio dos Sinos para cá até Porto Alegre, já era mais o português. Em São Leopoldo já falava mais português, porque já tinha os colégios, como Colégio São José, ali não falavam mais alemão, nem no Sinodal, não tinha, eu acho (PAZ, 2018, informação verbal).

Ao mencionar Hamburgo, a entrevistada estava se referindo à região do bairro de Hamburgo Velho, onde o uso do alemão era predominante. Na área mais urbanizada de São Leopoldo, onde a interlocutora residia, o idioma português era mais frequentemente utilizado, como mencionou. Ela também apontou que essa diferença ocorria devido à presença de imigrantes de outras regiões do estado, os quais não eram descendentes

de imigrantes alemães:

Ali na nossa zona [região central de São Leopoldo], não [falavam português], eram o Seibel e aquelas famílias que falavam, mas também tinha muitos operários que não falavam, só falava português, porque o pessoal que vinha da fronteira, vinham procurar serviço, esses não. Esses não falavam alemão. Era poucas pessoas que falavam alemão, e era mais em casa, o alemão [...]. Foi complicado, em Novo Hamburgo, eu acho que até mais, porque eles falavam mais o alemão. Aqui já tinha mais pessoas da fronteira, e os que vinham estudar no colégio dos padres. Então já foi diminuindo. Apesar que, ali na Unisinos, também falavam alemão, os padres, na aula (PAZ, 2018, informação verbal).

Conforme o testemunho, o idioma mais comum nas ruas era o português, porém, dentro de casa, ainda prevalecia a prática do alemão. Uma segunda entrevistada, a Sra. Siria Guchs, residente na cidade de Ivoti, que naquele período era o distrito de Bom Jardim, relatou uma situação distinta. Ao contrário da área mais industrializada e urbanizada da cidade, na sua localidade, “a maioria da população falava alemão”.

Conforme apontado pelo relato da Sra. Lia, é possível inferir que uma parcela da população de Novo Hamburgo enfrentou um impacto mais significativo da intervenção linguística, uma vez que estavam mais acostumados a se comunicar em alemão e tinham menos influência de uma população externa. Nesse contexto, o Sr. Alceu Feijó, residente do município hamburguense, compartilhou sua percepção de que o uso do alemão era praticamente unânime na cidade. Somente uma minoria falava o português, mas, após a implementação da proibição, foram pressionados a adotar o idioma nacional: “Em Novo Hamburgo, nos anos 40, só se falava alemão, só começaram a falar português depois que foram obrigados” (FEIJÓ, 2018, informação verbal). Ele se vê como um dos poucos que utilizava o idioma nacional naquele período. Consoante suas recordações, antes da proibição, nos espaços de convivência da cidade, como cafés, bares e encontros sociais, as conversas eram conduzidas exclusivamente em alemão. Em decorrência da proibição, segundo o interlocutor, houve uma redução na frequência de pessoas nesses locais.

Os locais de convívio social e as atividades do dia a dia de uma comunidade, como bodegas, comércios locais e igrejas, passaram a ser carregados de tensão, uma vez que a suspeita constante de espionagem e denúncias de possíveis traidores nacionais pairava sobre eles (ZANINI, 2006). O relato do Sr. Alceu também aponta para uma mudança nos espaços de sociabilidade, já que a proibição do uso da língua alemã resultou em um imperativo de silêncio e controle da fala.

Nas conversas mantidas com os entrevistados, foi recorrente o tema do controle da fala, como exemplificado no depoimento da Sra. Gertha Bühler. Na época, com 15 anos de idade, ela viveu na área que atualmente corresponde ao bairro Nova Vila, em Ivoti, até completar 18 anos:

A maioria falava em alemão, que nem hoje ainda, eles falam muito em alemão. A gente se cuidava, onde tinha polícia e tudo, para não falar nada [...] A minha vó morava no Centro [de Ivoti], ao lado do subprefeito, daí a gente já se cuidava. Lá tinha os brigadianos, embaixo no porão, daí esse subprefeito, o tal de Martins, ele era racista, ele não devia, mas os alemães também. Mas a esposa dele era alemã. O pessoal apanhava deles, a polícia, na rua. Eles eram ruins para os alemães. Mas para que proibir falar alemão? (BÜHLER, 2018, informação verbal).

A entrevistada, que ainda hoje utiliza o idioma de imigração ao se comunicar com alguns familiares, expressou questionamentos em relação à proibição da época e estabeleceu uma comparação com o cenário atual do Brasil, que está recebendo imigrantes e refugiados. Ela ponderou: "E se eles não pudessem falar a língua deles? Seria uma injustiça, eu acho". O relato da entrevistada evidencia que a proibição do uso do idioma carecia de justificativa, uma vez que representava a forma de comunicação da comunidade.

De acordo com a historiadora Cynthia Campos (2006, p. 261), essa proibição provocou nas comunidades um "trauma coletivo", visto que o idioma estava ligado à própria "identidade da comunidade alemã". A proibição rompeu a comunicação entre os membros dessa comunidade, interrompendo a conexão proporcionada pela linguagem, que era o elo que os unia. Isso se dava porque o idioma estava entrelaçado com

a cultura; servia como fator distintivo entre os alemães e outros grupos étnicos.

A Sra. Gertha compartilhou, ainda, que, na presença de autoridades, como policiais, as pessoas se autocontrolavam para evitar o uso do alemão, receando possíveis retaliações, inclusive, agressões físicas. O controle sobre a fala, cabe considerar, manifestava-se de maneira variada: por parte dos falantes do alemão, que procuravam evitar serem pegos em flagrante; por meio da atuação policial, que visava identificar e sancionar os infratores da lei; e, até mesmo, por parte da própria comunidade, frequentemente preocupada com o comportamento desobediente daqueles que ousavam não se comunicar no idioma nacional. Na complexa trama do controle linguístico, um personagem emergia, como ressaltado pela narrativa da Sra. Lia:

Quando o pessoal ia nos armazéns comprar alguma coisa, tinha que cuidar para não falar o alemão, ou se pedisse alguma coisa, aqui em São Leopoldo, eu estou falando daqui. Tinha que cuidar. E o dono do armazém também tinha que cuidar para ver se não tinha um espião junto. Se não, iam direto para a polícia delatar (PAZ, 2018, informação verbal).

Os entrevistados destacaram o papel do espião como um mecanismo constante no cotidiano, utilizado para monitorar o comportamento da população, sobretudo no que dizia respeito à comunicação. A Sra. Hildegard Dietzold, que tinha cerca de 16 anos no início da década de 1940, descreveu os espões como possivelmente oficiais do Exército ou da Polícia que circulavam disfarçados pelas ruas, observando a população de forma discreta. Ela relatou que a presença notável desse personagem alterou o comportamento de uma parte da população, envolvendo o ambiente em um clima de tensão constante:

Não foi fácil, não. Então era assim uma situação, era um clima que ninguém gostava. Porque diziam, nós nunca notamos nada aqui, mas diziam que havia sim espões que passavam nas casas e ficavam escutando, se a família estava com o rádio ligado na Alemanha, porque muitas escutavam as notícias da Alemanha. A minha vovó é uma delas. Ela botava o rádio bem baixinho, encostava o ouvido e ficava escutando (DIETZOLD, 2018, informação verbal).

Os relatos convergem acerca da presença do espião, pois, mesmo que um dos depoimentos mencione não ter percebido essa figura, o conhecimento geral da sua existência era amplamente reconhecido. Nas outras entrevistas, embora o espião não tenha sido citado diretamente, a prudência em não infringir a lei era evidente, dado o constante temor da delação.

A vigilância permeava, assim, o cotidiano da população, não apenas por meio de espiões profissionais ou agentes de uma polícia secreta. Vale ressaltar que o Decreto-Lei federal n.º 1.545/1939, em seu 8º artigo, incumbiu o Conselho de Imigração e Colonização da fiscalização das zonas coloniais de "inspeções secretas". Além disso, a vigilância era também exercida pela própria comunidade civil, incentivada a observar e denunciar possíveis transgressões, conforme divulgado no jornal *O 5 de Abril* em duas edições (19/06/1942 e 03/07/1942): "Brasileiro! Seja um vigilante da Pátria! Observa e escuta os movimentos e as palestras daqueles que são inimigos da nossa raça, da nossa família, das nossas instituições. Denuncie-os à Polícia!"

A Campanha de Nacionalização estabeleceu um ambiente de vigilância sobre a sociedade civil com o intuito de identificar possíveis "inimigos da pátria", levando indivíduos a se denunciarem mutuamente para demonstrarem maior patriotismo (ZANINI, 2006, p. 161). Isso levou as pessoas a desenvolver estratégias para evitar delações e simultaneamente resistir à proibição. O silenciamento emergiu como uma possível tática, uma vez que "silenciar" se tornou uma forma de autopreservação contra denúncias e problemas com a polícia local (FÁVERI, 2002, p. 90). Isso é corroborado pelo relato da Sra. Gertha, mencionado anteriormente, que evitava falar o idioma de imigração em locais com autoridades policiais para evitar repreensões. O Sr. Alceu também observou que as pessoas se abstiveram de falar em determinados lugares, como sociedades e restaurantes, em virtude desse contexto.

Conforme Eni Orlandi (2007) argumenta, o

silêncio não é simplesmente a falta de palavras, mas carrega significados intrínsecos. Imprimir o silêncio não é apenas calar o interlocutor, mas impedir que ele expresse outra narrativa. Orlandi também ressalta a dimensão política do silêncio, que pode ser tanto uma ferramenta da retórica da dominação, usada pela opressão, quanto uma ferramenta da retórica dos oprimidos, representando a resistência. Nesse contexto, é possível compreender o ato de silenciar adotado por alguns como uma resposta às restrições impostas pelo idioma. Ao permanecer em silêncio, esses indivíduos negavam ao "opressor" a oportunidade de censurá-los por falar alemão, transformando esse silêncio em uma forma de resistência.

Com o objetivo de evitar conflitos com aqueles que se opunham a manifestações de cunho étnico, algumas pessoas que tinham pouca ou nenhuma proficiência no português buscaram aprender algumas palavras básicas para minimizar essa lacuna. Esse fenômeno é ilustrado no relato do Sr. Florêncio<sup>4</sup>, residente de São Leopoldo, que mencionou a avó de ascendência alemã. Apesar de não dominar o idioma brasileiro, ela utilizava uma expressão comum da cultura sul-rio-grandense como forma de encobrir o uso do alemão:

Uma história que aconteceu com a minha avó. A minha avó ela casou cedo, com 18 anos, com meu avô, ela veio da Alemanha para cá. E dentro da igreja e no asilo dela, que meu bisavô fundou, ali só se falava alemão, era o corriqueiro alemão, e tinha um pessoal que ajudava e falava português. Mas minha avó se virava tranquilamente em alemão, nunca aprendeu português. Só que durante o Estado Novo não podia falar alemão, mas ela só sabia falar alemão. Então ela ficava, nas raras ocasiões onde ela ficava falando com alguém, ela falava alemão, então quando passava uma pessoa estranha, ela falava: "**mas que barbaridade**". Essa interjeição ela aprendeu. Então ela usava o "que barbaridade", nesses momentos para ninguém desconfiar que estivesse falando em alemão. (FLORÊNCIO, 2018, informação verbal).

A interjeição mencionada serviu como uma estratégia adotada pela avó do interlocutor para se proteger do fato de não falar português em um

<sup>4</sup> Florêncio é um nome fictício escolhido pela autora para respeitar o entrevistado, que permitiu o uso da entrevista, mas não a indicação do seu nome no texto.



ambiente onde apenas esse idioma era permitido. Outra tática utilizada foi restringir o uso do idioma de imigração ao âmbito familiar.

Apesar da proibição do uso do alemão, essa língua permaneceu presente, sobretudo no ambiente doméstico, uma vez que era nesse espaço privado que as tradições eram mais cuidadosamente preservadas. Nessa perspectiva, um discurso pronunciado pelo prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, em 1939, mas transcrito no jornal *O 5 de Abril*, em 7 de junho de 1940, enfatizava a importância da educação transmitida pelos pais aos filhos, aconselhando explicitamente a não ensinar a língua alemã:

De agora em diante, deixar de ensinar o idioma pátrio a vossa descendência, revelaria dois crimes imperdoáveis.

1º Trairíeis a vossa Pátria;

2º Trairíeis a vossa sagrada missão, sendo infiel a vossos filhos, limitando os seus horizontes de ação, tornando-os pouco eficientes em seus voos para o alto, e fazendo-os estrangeiros na terra de seu berço (DISCURSO, 1940).

Mais adiante, ele enfatizou que, se os descendentes de estrangeiros optassem por ensinar a língua alemã aos seus filhos, isso deveria acontecer somente após a aquisição completa do domínio do português: "Podem os descendentes de estrangeiros ensinar aos seus filhos a língua dos antepassados? Podem e devem, depois de formada a consciência brasileira deles, por meio do ensino da língua de 45 milhões dos naturais desta abençoada terra de fartura e liberdade". Essas passagens expressam a convicção de que a construção da identidade brasileira e a conexão com o país ocorreriam principalmente pelo uso do português. O ato de ensinar o alemão antes do português aos filhos seria um obstáculo para a incorporação da brasilidade. Além disso, destacam que o uso de línguas estrangeiras era percebido como um indicativo de traição à nação brasileira.

Apesar dos impedimentos, o idioma desempenhou um papel crucial na criação e manutenção da identidade étnica alemã, como discutido por Eunice Nodari (2009). No contexto em que seu uso e aprendizado eram desencorajados, sua per-

sistência no âmbito familiar pode ser vista como uma estratégia de renegociação da etnicidade. Nesse sentido, Nodari sugere que imigrantes e seus descendentes se tornaram "brasileiros étnicos", priorizando a manutenção de suas tradições étnicas sem negar sua cidadania brasileira. Isso implica na constante necessidade de negociar os limites dos grupos étnicos e reinterpretar símbolos e tradições étnicas (NODARI, 2009).

Observa-se que parte da população buscou se adaptar às novas realidades introduzidas pela sociedade brasileira, como o uso do idioma português, mas, no ambiente privado, manteve a língua de imigração. A persistência do idioma alemão no ambiente familiar estava intrinsecamente ligada à transmissão intergeracional desse traço cultural, além da preservação do idioma principalmente pelos mais idosos. A presença marcante do alemão entre a população idosa pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo hábitos arraigados e a dificuldade de aprender um novo idioma, especialmente em uma fase da vida em que o aprendizado tende a ser mais desafiador. A demora e a relutância em adotar o português como língua principal também eram influenciadas pelo fato de que muitos idosos eram "alvos" dentro das comunidades, servindo como exemplos quando detidos por autoridades. A capacidade limitada de aprender rapidamente o português para se adequar com o ideal de brasileiro também contribuía para essa situação (ZANINI, 2006).

Esse cenário é evidenciado no relato da Sra. Lia, que mencionou suas avós como exemplos de indivíduos que continuaram a falar o alemão, levando-a a se comunicar com elas nesse idioma, enquanto optava pelo uso do português para interagir com os outros. A predominância do alemão entre os mais idosos destaca como a questão linguística se entrelaçava com a idade e a cultura, influenciando diretamente a dinâmica social e as relações familiares e comunitárias:

Mas eu não falava, só falava português. Falar alemão, era só com a minha vó, porque minha avó só falava alemão. As duas avós. Elas eram brasileiras, os pais delas que vieram da Alemanha. Mas com essas, eu tinha que falar

o alemão, eu tinha que conservar. Mas isso foi bom, para conservar um pouco [o idiomal] (PAZ, 2018, informação verbal).

A resistência persistiu através do uso ocasional e moderado do alemão em ambientes públicos. A história compartilhada pela Sra. Hildegard revela um exemplo diferente. Ela menciona que seu avô foi presidente da Sociedade Orpheu em São Leopoldo durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Durante sua liderança, ele tomou a iniciativa de traduzir os estatutos da instituição do alemão para o português, antecipando, assim, possíveis problemas relacionados à proibição do alemão que surgiriam décadas depois, durante a nacionalização nos anos 1940. A Sra. Hildegard enxerga seu avô como um "visionário", pois agiu proativamente para evitar dificuldades futuras. Curiosamente, sua avó, de ascendência brasileira, adotou uma postura contrária, continuando a usar o idioma de imigração, apesar dos alertas sobre as possíveis consequências. Esse contraste ilustra a variedade de respostas individuais à proibição do alemão, revelando uma complexa interação entre identidade cultural, cidadania e resistência diante das políticas linguísticas da época:

Então a gente falava alemão em casa, com os pais. Nós jovens logo nos acostumamos e falávamos depois o português, mas a minha vovó não. Ninguém fazia ela falar o português: "eu falo alemão e vou continuar falando alemão". Não que ela fosse alemã, ela era brasileira de três gerações. Então era muito interessante, a minha mãe cuidava dela, quando ela saía para rua, minha mãe cuidava e ela dizia assim, eu vou contar em alemão, minha mãe dizia assim:

- Mamãe, cuida agora e fala português na rua.  
- *Die können mir der Buckel runner rütteln!*<sup>5</sup>

Isso era uma expressão que eles usavam muito: "pouco estou me importando". E ela continuava falando alemão. Um dia deu uma casualidade, de ela e a cunhada, queriam ir ao cemitério e aqui nós já tínhamos o quartel. Então elas pegaram a hora depois do meio-dia, justamente quando todos os oficiais pegaram o ônibus para ir trabalhar e elas pegaram justo aquele ônibus. O ônibus ia adiante, até Sapucaia. Então a minha tia para não se comunicar, para vovó

não falar alemão com ela nesse ônibus, a tia foi sentar bem lá nos fundos. E a vovó não teve lugar lá nos fundos. Então teve que ficar mais para frente. Mas não teve problema para ela. Quando ela entrou no ônibus ela não viu a cunhada, olhou lá para trás e disse: "Camila, *Ich habe bereits bezahlt, muss nicht bezahlen*"<sup>6</sup>. A tia Camila fez que não era com ela. Era a cunhada dela, já também idosa. Todo o ônibus começou a rir. Os militares todos acharam graça dela, assim, com muita naturalidade falava alemão. Ninguém disse nada. Ela sempre saía ilesa (DIETZOLD, 2018, informação verbal).

Esses dois últimos relatos indicam que, mesmo havendo a proibição, a importância atribuída ao idioma não foi alterada. No primeiro, indica ainda que a pessoa não chegou a aprender o português; no segundo caso, a senhora mostrava-se resistente ao uso do português, mesmo em público, pois sabia falar o idioma, mas priorizava falar alemão.

A narrativa da Sra. Hildegard descreve uma situação em que houve certa compreensão por parte de oficiais do Exército em relação ao uso do alemão. Embora falar em alemão fosse uma ação passível de prisão, a presença de autoridades militares no ônibus não resultou em repreensão à senhora por falar nesse idioma. Esse exemplo destaca a complexidade das interações cotidianas durante o período de proibição do idioma estrangeiro, já que as reações das autoridades podiam variar<sup>7</sup>.

Cabe considerar a presença de descendentes de alemães dentro do próprio Exército, o que poderia explicar a complacência dos soldados na situação citada. Um caso envolvendo soldados falando alemão ocorreu em 1943, no distrito de Padre Eterno, conforme correspondência enviada pelo subdelegado José Appelonio da Costa ao delegado de polícia de São Leopoldo. O incidente teria ocorrido em um baile e fora desencadeado por transgressões à lei que proibia o uso do alemão, resultando em uma afronta aos policiais por parte de dois militares presentes. O subdelegado Costa apresenta uma explicação detalhada do ocorrido, buscando justificar a atuação de seus subordinados, que agiram de acordo

<sup>5</sup> A expressão foi escrita conforme falado pela interlocutora.

<sup>6</sup> A frase relatada no idioma de imigração foi escrita como a entrevistada citou e tem o sentido de: Camila, eu já paguei as passagens, você não precisa pagar.

<sup>7</sup> O Exército, no âmbito da nacionalização, era o setor responsável pela fiscalização e exigência do cumprimento da lei, consoante Seyferth (1999).

com a legislação vigente e estavam seguindo as ordens estabelecidas. Esse exemplo destaca a sensibilidade do assunto e como as situações relacionadas ao uso do alemão poderiam levar a conflitos e confrontos, até mesmo envolvendo membros do próprio Exército:

O fato em linhas gerais, passou-se da maneira seguinte: de conformidade com as Leis em vigor, recomendei aos soldados da Brigada Militar, encarregados do policiamento do baile, que admoestassem as pessoas que ali falassem o alemão. Cerca das 21 horas, os policiais advertiram um grupo de que falavam, em altas vozes o alemão, inclusive um soldado do 8º B. C., de sobrenome Dapper e outro por nome Albano Schneider, sendo que este último nessa ocasião estava à paisana. Os soldados do Exército se revoltaram contra a admoestação feita pelos policiais, originando-se então o conflito (COSTA, 1943).

Na correspondência, é evidenciada a ação da polícia local ao repreender um grupo, incluindo dois militares, que estavam infringindo a lei que proibia o uso do alemão. Os sobrenomes mencionados indicam que os transgressores eram, provavelmente, descendentes de alemães. Após abordagem dos policiais, os militares recusaram-se a acatar as recomendações para cessar o uso do alemão, desencadeando o conflito. Embora fora do horário de serviço militar, os militares eram representantes do Exército e deveriam dar exemplo, especialmente porque estavam combatendo a violação da lei. O desfecho do conflito não é claro, mas o caso não encerrou o baile. O soldado Albano Schneider, após o conflito, foi para casa, retornou fardado e continuou a falar em alemão, desrespeitando a situação.

A repressão ao uso do alemão variava em intensidade, abrangendo advertências, punições físicas e até mesmo prisões, como relatado por diversas fontes e correspondências. O Sr. Alceu mencionou a ocorrência de agressões físicas por parte das autoridades ao descobrirem alguém falando alemão: "quando eles ficaram sabendo que alguém falava alemão, já apreendiam ou davam uma [agrediam], com uns cassetetes". Nesse contexto de nacionalização e Segunda Guerra Mundial, qualquer associação com o idioma alemão era suspeita e passível de repreensão.

As autoridades podiam tomar medidas, como interceptar correspondências, jornais, revistas e programas de rádio, além de perseguir e assediar aqueles que continuavam a usar o idioma alemão (BOMENY, 1999; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). Isso demonstra a abrangência da repressão e a extensão das ações para controlar seu uso.

Pessoas de diversas partes da região do Vale, ainda influenciadas por sua tradição alemã durante esse período, muitas vezes representada pelo uso da língua, enfrentaram prisões. Na edição de 14 de abril de 1944, o jornal *O 5 de Abril* trouxe uma breve nota, intitulada *Falaram o idioma alemão*, contendo informações sobre três prisões ocorridas na região:

No dia 9 do corrente mês, foi preso pela polícia local, o indivíduo Leopoldo Medtler, açougueiro, residente em Bom Jardim, por ter falado o idioma alemão em público. Também registraram passagem na Delegacia de Polícia desta cidade, pelo mesmo motivo, a Viúva Nicolau Wittmann, estabelecida defronte ao Ginásio Santa Catarina, em Hamburgo Velho e a Srta. Herta Konrath, residente no Hotel Doeppre (FALARAM, 1944, p.2).

Não foram encontrados outros relatos de prisões na região devido ao uso da língua estrangeira nos jornais locais. As denúncias relacionadas ao uso de idiomas não nacionais enquadravam os indivíduos na "Lei de Segurança Nacional como criminosos que atentavam contra a segurança do Estado" (FÁVERI, 2002, p. 72).

O rigor na aplicação da legislação durante esse período gerou um clima de constante receio entre as pessoas. De acordo com outros relatos, as pessoas passaram a se autovigiar, temendo serem presas ou enfrentarem hostilidades. O Sr. Alceu descreveu que o comportamento das pessoas se tornou extremamente cauteloso, com medo de conversar em alemão em público. Ele observou que, nos bailes, nos cafés, nos restaurantes e até mesmo nas conversas cotidianas, as pessoas procuravam evitar o uso da língua alemã. Esse ambiente de apreensão tornou a vida desafiadora para aqueles que eram habituados a falar o idioma.

Conforme compartilhado pela interlocutora

Sra. Lia, o medo era uma presença constante no dia a dia, especialmente entre aqueles que não dominavam o idioma vernáculo. Isso resultava em dificuldades de comunicação, como ela mesma presenciou durante uma viagem de ônibus para Porto Alegre:

Sabia que tinha uma proibição para falar alemão. As pessoas que falavam em alemão tinham medo, porque eu me lembro, até no ônibus, quando o pessoal ia e sofriam muito. Porque um cutucava o outro, se via no ônibus de Hamburgo para Porto Alegre. O pessoal, eram da colônia, eles não sabiam falar o português. Então eles iam lá, cochichavam para a pessoa do lado. Do lado falava: "fica quieto, fica quieto", porque sempre tinham um que espiava e denunciava. Mas era muito medo, muita gente foi presa aqui em São Leopoldo (PAZ, 2018, informação verbal).

Apesar do medo na vida cotidiana e da constante censura ao uso de idiomas estrangeiros, muitas pessoas persistiram em falar essas línguas, principalmente em ambientes familiares e entre conhecidos, como ilustrado no caso a seguir:

Muita gente foi presa mesmo, e chamavam atenção. Uma vez ela [avó] também estava numa confeitaria e de repente ela notou um homem atrás dela, e ela estava conversando em alemão com o dono da confeitaria. Os dois conversando sobre os problemas das cataratas que tinham. Ela olhou para trás e disse assim: "ah, pois é, meu senhor", isso ela falou em português, "eu estava agora mesmo falando para o meu conhecido que nós dois temos o mesmo problema de olhos". O homem ficou assim, diz que olhou muito sério, mas saiu e depois o outro contou. [...] Mas ela sempre teve sorte, acho que, porque ela tinha aquela naturalidade, que viu que não era maldade, não era coisa de ser arrogante ou teimoso de falar alemão, ela falou assim. Mas houve muita perseguição também aqui (DIETZOLD, 2018, informação verbal).

Nos dois relatos mencionados, a figura do espião ou delator volta a se destacar. A prática de denúncias era comum na época, muitas vezes sendo usada como meio de punir desavenças pessoais. Marlene de Fáveri (2002), ao examinar processos do Tribunal de Segurança Nacional, identificou diversos casos de denúncias relacio-

nadas ao uso do idioma alemão, embora muitos desses casos tenham sido arquivados pela justiça. Ela argumenta que processos por "causas triviais" poderiam ser motivados pelo desejo de retaliação e intrigas entre vizinhos. Durante esse período, ocorreu uma espécie de "caça às bruxas", em que a mera ascendência alemã ou italiana já era considerada suspeita de traição ao Brasil (ZANINI, 2006). Algumas denúncias podem ter sido utilizadas para vingança pessoal, mas também serviram para demonstrar apoio ao Estado e à identidade brasileira, a fim de evitar suspeitas sobre a lealdade dos denunciantes.

Nesse contexto, o medo relatado pelos entrevistados foi resultante de diversos fatores. As matérias jornalísticas, que justificavam a repressão contra grupos estrangeiros devido à suposta desnacionalização, e a ideia difundida do "perigo alemão" contribuíram para criar um ambiente de apreensão. A repressão à fala e outras expressões culturais étnicas por parte da polícia e da própria sociedade, juntamente com a presença, real ou imaginária, de espiões no cotidiano também desempenharam um papel importante. Essas circunstâncias coletivamente incutiram medo em uma parte da população, levando-a a sentir sua segurança ameaçada. Como resultado, muitos tiveram que ajustar seus hábitos e práticas para evitar possíveis represálias, desde advertências até invasões de casas, vandalismo e até mesmo prisões. Esse ambiente de medo e repressão moldou as experiências individuais e coletivas na parcela daqueles que viveram esse período, à medida que a proibição do idioma estrangeiro permeou todos os espaços públicos, incluindo as igrejas, como será explorado a seguir.

### **"Os cultos aqui começaram em português durante a Guerra": restrições nas igrejas**

A proibição do uso do idioma estrangeiro também afetou profundamente a esfera religiosa<sup>8</sup>,

<sup>8</sup> As duas principais religiões seguidas pelos imigrantes alemães e seus descendentes eram advindas da Igreja Católica e da Igreja Evangélica. Essa última era dividida em vários grupos, sendo o Sinodo Rio-grandense e o Sinodo Missouri, os dois principais. O Sinodo Rio-grandense atuava no País desde 1886, com pastores originários da Alemanha, e o Sinodo Missouri, de origem estadunidense, instalada no Brasil em 1900 (MARLOW, 2013).

impactando, em especial, aquelas que tinham líderes religiosos estrangeiros e que realizavam cultos em línguas estrangeiras. O Chefe de Polícia do Estado, Aurélio Py (PY, 1939), justificou a introdução de novas diretrizes para os sermões religiosos no estado, pois muitas pregações e sermões religiosos eram realizados quase que exclusivamente em línguas estrangeiras, principalmente em alemão e italiano.

As instruções aplicadas a partir de 1939 visavam padronizar a ação das autoridades da Repartição Central da Polícia em relação ao Decreto-Lei n.º 1.545, que estabelecia, no artigo 16, que os sermões religiosos deveriam ser realizados em português. Sob essa regulamentação, era permitido que, após a prédica em português, esta fosse repetida no idioma estrangeiro das pessoas presentes, desde que houvesse um número considerável delas e fosse julgado oportuno. Essa permissão era válida principalmente para locais afastados, onde fiéis estrangeiros ainda não dominassem bem a língua nacional. O não cumprimento das normas acarretava sanções legais, podendo, inclusive, obrigar o religioso a falar exclusivamente em português. Essa regulamentação deixava uma brecha em relação à quantidade de pessoas necessárias para repetir o sermão em idioma estrangeiro, embora não seja claro se essa interpretação foi utilizada para realizar cultos em alemão.

De acordo com os relatos, a proibição do uso do alemão foi efetivamente aplicada, resultando em discursos realizados exclusivamente em português, sem o uso de outra língua. No entanto, Helena Bomeny (1999) destaca que, no início, padres, pastores estrangeiros e até bispos brasileiros reagiram contra as medidas de nacionalização. Até o ano de 1940, o Governo não havia conseguido impor a obrigatoriedade de realizar prédicas e sermões em língua nacional, devido à forte resistência por parte do clero em relação a essa medida (BOMENY, 1999).

Os entrevistados, todos pertencentes à Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IELCB), destacaram a proibição de falar o idioma estrangeiro como um aspecto significativo da igreja durante

o período. Eles apontaram que na igreja não era permitido falar em alemão, sendo uma regra estritamente seguida. Essa proibição não só afetou os religiosos, mas também os frequentadores que não dominavam o português. A mudança na língua litúrgica para o português tornava o conteúdo incompreensível para aqueles que não entendiam o idioma, gerando uma desconexão entre o fiel e a mensagem pregada. A Sra. Hildegard, por exemplo, que é membro da Igreja do Relógio em São Leopoldo até os dias de hoje, trouxe à tona essa situação em seu relato:

O nosso pastor, o Pastor Hilbk, foi muito esforçado. Porque nós tínhamos uma professora, que era do meu tempo, porque naquele tempo eu já estava mocinha [...] Mas o pastor foi muito esforçado, porque tinha essa professora que era brasileira, que se chamava Natividade Pereira, mas todos conheciam como Doninha. Era muito querida, ela já tinha sido professora da minha mãe, na Fundação Evangélica, *Evangelische Stift*. Então o pastor escrevia a prédica e a Doninha traduzia para o português, e assinalava como era a pronúncia. E ele fazia a prédica, às vezes até uma palavra meio truncadinha, mas ele se esforçou muito e depois começou a falar o português. Foi aprendendo com isso, porque ele tinha que se esforçar, também para falar, não podia se expor e falar em alemão quando tinha outros por perto. Ele se esforçou muito e acabou falando português, a família toda (DIETZOLD, 2018, informação verbal).

A narrativa destaca como os pastores da época enfrentaram o desafio de se adaptar à nova realidade imposta pela proibição do idioma estrangeiro na liturgia. Essa adaptação trouxe consigo a dificuldade de compreensão da liturgia por parte da comunidade religiosa, uma vez que muitos pastores de origem alemã não dominavam o português. A Sra. Lia, também membro da Igreja do Relógio, relatou que os rituais religiosos eram inicialmente realizados em alemão, principalmente porque a maioria dos pastores era de origem alemã e vinha da Alemanha. Com a proibição do idioma, surgiram desafios para encontrar pastores que pudessem realizar os ritos em português. A situação começou a melhorar quando os estudantes de teologia do então Instituto Pré-Teológico (IPT), atual Faculdade EST, localizada no Morro do Espelho, em São Leopoldo, passaram

a ter aulas de português. Isso permitiu que novos pastores fossem formados com o domínio necessário do idioma nacional, podendo, assim, substituir os pastores afastados pelo processo de nacionalização (DROSTE, 2008).

A IECLB estava fortemente associada à Alemanha e à cultura germânica. Essa associação levava muitos a acreditar que a igreja tinha vínculos com o nazismo e que poderia oferecer apoio em caso de uma possível invasão alemã. Isso fez com que o IPT, que fazia parte dessa igreja, tornasse-se alvo das autoridades que estavam contra tudo que se relacionasse à Alemanha. Uma reportagem do jornal *Correio de São Leopoldo*, datada de 4 de abril de 1942, intitulada *Traição*, abordou a suposta vinculação do IPT com o nazismo. Essa reportagem pode ter contribuído para reforçar a percepção negativa e suspeita em relação à instituição e à igreja:

Aqui estava formado, meticulosamente organizado um núcleo do Partido Nacional Socialista Alemão! Lá em cima do morro, em lugar de destaque, uma grande escola para Fuehrers e sub-Fuehrers! Chefes e subchefes de "extraordinário" partido que iria dominar o Brasil, a América e o Mundo. [...] Devemos guardar bem nitidamente aquele quadro histórico em que se destacava a bandeira alemã, ou melhor o pavilhão com a cruz suástica içado em mastro altaneiro, num dos principais estabelecimentos de ensino da Igreja Protestante do Sínodo Rio-grandense, em São Leopoldo! (TRAÍÇÃO, 1942, p. 3).

A IECLB também enfrentou impactos significativos devido à política de nacionalização durante a Segunda Guerra Mundial. Além da proibição do uso do idioma alemão em práticas religiosas, os pastores e as comunidades evangélicas enfrentaram diversas formas de intervenção e repressão por parte das autoridades. De acordo com Martin Dreher (1994), a IECLB sofreu inúmeras restrições, incluindo a obrigação de realizar prédicas religiosas em português e a utilização de livros de cânticos em língua não compreendida por muitos fiéis. Além disso, os pastores enfrentaram intervenções diretas em suas atividades, sendo impedidos de se deslocar sem permissão policial. Muitas comunidades, ainda, ficaram sem pastores e foram obrigadas a receber jovens

seminaristas que foram formados rapidamente para preencher essa lacuna.

A repressão também se estendeu aos pastores, muitos dos quais foram presos, especialmente entre 1942 e 1943, e enviados para colônias penais. A prisão de pastores tornou-se um acontecimento recorrente durante esse período:

[...] na época, durante a guerra, muitos pastores da Igreja foram presos. E então o que aconteceu, aqueles jovens estudantes já saíam para as comunidades para fazer o serviço de pastores, para ser ministros, porque simplesmente, os pastores regulares estavam presos. Então a gente ouviu muitos horrores da guerra, essas prisões. Digamos assim, a palavra seria, o arbitrio. Não são coisas justificadas, são coisas, foram coisas arbitrárias: "não, esse vai preso", e prendiam; "é nazista e tal, pronto, prende". Não eram pastores alemães, eram brasileiros, mas eram presos porque estavam dentro da igreja dos alemães, então aquilo foi discriminatório (FLORÊNCIO, 2018, informação verbal).

A prisão de pastores durante esse período era uma ocorrência comum. Vários relatos de testemunhas corroboram essa situação, destacando exemplos de pastores que foram detidos devido a sua relação com a língua alemã e a possível associação com a Alemanha nazista. A Sra. Hildegard mencionou a prisão do pastor Wiedenhof, membro da Igreja do Relógio, localizada no centro de São Leopoldo, assim como a prisão de um membro da comunidade chamado Rothermund, que tocava órgão na igreja. Outro caso de prisão foi o do pastor Wilhelm Pommer, de Novo Hamburgo, que foi citado por diferentes entrevistados. A Sra. Gertha relatou que o pastor Pommer foi preso e depois solto, possivelmente por ter realizado um culto em alemão. Apesar dos motivos exatos para a prisão não serem totalmente claros para os entrevistados, há sugestões de que a associação com a Alemanha e o nazismo poderiam estar entre os motivos.

O senhor Alceu compartilhou detalhes sobre o tempo em que o pastor Pommer passou na prisão: "O pastor Pommer na prisão, eles sofriam lá muita diferença no tratamento, muito rude, era considerado inimigo. E ele anotou tudo que acontecia, e saiu de lá com aquele material que ele fez, o genro dele tem até hoje" (2018, informa-

ção verbal). O pastor Pommer foi preso devido à suspeita de sua associação com a Alemanha e sua possível ligação com o nazismo (KERBER, 2008). Essa prisão se encaixa no contexto da época, em que a relação com a Alemanha e qualquer vestígio de simpatia pelo nazismo eram vistos com desconfiança pelas autoridades brasileiras. A repressão à língua alemã e ações relacionadas à cultura alemã eram parte dos esforços do Governo brasileiro para fortalecer a identidade nacional e evitar influências estrangeiras que pudessem ser consideradas prejudiciais.

Os relatos evidenciam a dificuldade enfrentada por pastores que não sabiam falar o português devido à sua língua materna ser o alemão. Isso resultava em desafios na comunicação com as congregações e nas atividades religiosas. Essa falta de adaptação linguística por parte dos pastores refletia nas práticas religiosas e, para contornar a situação, o Sínodo em São Leopoldo elaborava prédicas em português, utilizadas por pastores que não dominavam o idioma (DREHER, 1994).

Os relatos ilustram como a proibição do alemão e a nacionalização impactaram as comunidades religiosas e seus líderes, destacando a importância do idioma não apenas como meio de comunicação, mas também como parte integral da identidade cultural e religiosa dessas comunidades. Ainda nessa perspectiva, a interlocutora Silvana Fischborn, moradora de Novo Hamburgo, menciona que o pastor da comunidade de Lomba Grande, da qual sua família fazia parte, não sabia falar o português. Ela não se recorda de o pastor ser preso, mas declara que a comunidade teve seus livros confiscados, possivelmente por estarem escritos em alemão, o que demonstra a repressão que atingiu até mesmo o âmbito religioso.

O confisco de documentos religiosos, como livros de batizados, casamentos e óbitos, era uma prática corriqueira durante o período de nacionalização e repressão linguística. Esses documentos eram fundamentais para o registro da vida das comunidades, e o seu confisco prejudicava a manutenção das tradições. Há "registros de desapropriação de escolas e outros

bens de comunidades luteranas, da apropriação de objetos, incluindo motocicletas de pastores são abundantes" (GERTZ, 2005, p. 164).

Além das instituições religiosas, os livros escritos em alemão também eram alvo frequente de apreensões. É uma constante nos depoimentos coletados da época a indicação de que muitos livros eram escondidos em sótãos ou até mesmo enterrados. A Sra. Gertha relembrou que seu pai guardava "todos os livros escritos em alemão no sótão". A Sra. Hildegard, outra entrevistada, compartilhou que, se algo semelhante acontecesse nos dias de hoje, seus dois armários de livros seriam confiscados, já que 90% deles estão em alemão. Ela mencionou que alguns indivíduos enterravam os livros, mas, devido às condições do local, os livros frequentemente sofriam danos: "Naquela época, sei que muitos chegavam a enterrar suas bibliotecas. No entanto, ao desenterrar os livros, estavam todos danificados. Era inevitável, pois a umidade os estragava; isso é algo que faz sentido" (DIETZOLD, 2018, informação verbal). Essa prática de esconder os livros originou-se da exigência de que livros e bíblias fossem em português, o que levou a uma "tradição entre os descendentes de alemães de enterrar toda a literatura em língua estrangeira" (CANCELLEI, 1994, p. 147).

Diante do contexto histórico, a população de origem alemã, em particular o segmento luterano do Sínodo Rio-grandense, foi especialmente alvo de atenção pela percepção de que essa instituição buscava uma ligação entre a Igreja e o germanismo (GERTZ, 2013). O Estado via a igreja, especialmente a luterana, como uma entidade estrangeira e distante da cultura brasileira, que exercia uma influência significativa nas comunidades. A forte conexão da igreja com a Alemanha também era vista como algo prejudicial para a identidade brasileira, assim como a continuidade do uso do idioma alemão em suas práticas cotidianas, incluindo celebrações religiosas, textos sagrados, hinários e documentos oficiais. Além disso, havia a preocupação de que alguns religiosos tivessem ligações com o partido nazista, embora a maioria fosse contrária a essa

associação (DREHER, 1994).

A proibição do idioma estrangeiro causou mudanças na vida cotidiana, afetando áreas, como a educação escolar, práticas religiosas e comunicação interpessoal, que passaram a adotar o português. A vigilância sobre o uso da língua tornou-se frequente, devido a delatores ou espiões em potencial, prontos para denunciar qualquer conversa em alemão. Apesar disso, muitos resistiram e continuaram a falar a língua proibida. Em alguns casos, o alemão foi transmitido para as gerações seguintes, mas o português ganhou cada vez mais importância, especialmente com o ensino em português, o que contribuiu para a assimilação linguística das crianças. No geral, essa proibição impactou a vida cultural, religiosa e social de parcela da comunidade de origem alemã, levando a uma série de adaptações e transformações em resposta às políticas de nacionalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o Estado Novo, ao buscar valorizar a brasilidade em detrimento das demais identidades existentes no país, criou-se uma série de medidas para reprimir as diversas manifestações culturais existentes, sobretudo aquelas associadas, difundidas e preservadas por imigrantes e descendentes. O idioma, em particular, destacou-se como o principal símbolo de identificação desses grupos sociais, tornando-se alvo central das políticas de repressão cultural.

Para alcançar a inserção dos brasileiros descendentes de estrangeiros ao meio nacional, o governo federal se empenhou na Campanha de Nacionalização. Uma das medidas mais emblemáticas foi o estabelecimento do Decreto-Lei federal n.º 1.545/1939, que, entre seus artigos, vetava o uso do idioma estrangeiro.

Os jornais e correspondências analisadas no presente estudo mostram a censura ao idioma estrangeiro e o enaltecimento do idioma português para a unidade nacional, além de destacar seu uso como um dever cívico e patriótico.

As entrevistas realizadas forneceram detalhes sobre a aplicação da lei nos mais variados espa-

ços cotidianos como no comércio, na igreja e nos locais públicos. Pelos relatos e testemunhos de indivíduos que vivenciaram essa época, foi possível compreender a complexidade das mudanças impostas pela política de nacionalização, as quais se refletiram não apenas na esfera linguística, mas também nas interações sociais, religiosas e comunitárias.

A restrição ao uso da língua alemã gerou um ambiente de medo e vigilância, com indivíduos preocupados em evitar qualquer suspeita de associação com os países do Eixo ou com o nazismo, visto que o contexto perpassa a Segunda Guerra Mundial, e qualquer manifestação poderia transformá-los em traidores da pátria. A repressão, embora variável em sua intensidade, afetou diversos aspectos do cotidiano. Quanto à extensão dos impactos e transformações desencadeados pela proibição do uso do idioma estrangeiro, não é possível mensurar, embora narrativas compartilhadas pelos entrevistados revelem mudanças introduzidas na vida cotidiana.

A resistência silenciosa de alguns, que continuaram a falar o alemão clandestinamente, demonstrou a importância do idioma como elemento de identidade e coesão cultural. No entanto, a proibição também trouxe desafios e dilemas para aqueles que dependiam do idioma para suas práticas religiosas e habituais. A busca pela padronização do uso do idioma nacional durante esse período revela as complexas interações entre políticas governamentais, identidade cultural e as experiências individuais das pessoas, deixando um legado de adaptação e mudança que transcende o período pesquisado.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.
- BÜHLER, Gertha. *Entrevista Gertha Bühler*. Iago, 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (26min).



CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas*: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. 351 p.

CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência*: A polícia da Era Vargas. 2ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994. 227 p.

CORTIVO, Augusto Dal. [Correspondência]. Destinatário: Narciso J. Cunha. Bom Jardim, 15 jun. 1942. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

COSTA, José Appelonio da. [Correspondência]. Destinatário: Delegado de Polícia. Padre Eterno, 15 set. 1943. 1 carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

DIETZOLD, Hildegard. *Entrevista Hildegard Dietzold*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h20min57s). Idem.

DISCURSO do sr. Prefeito Municipal. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 1, 7 jun. 1940.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 87-110.

DROSTE, Rolf. O Morro do Espelho: um pouco da sua história e missão. In: HOCH, Lothar Carlos; STRÖHER, Marga Janete; WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). *Estações da formação teológica*: 60 anos de história da EST. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 9-26.

FALARAM o idioma alemão. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 2, 14 abr. 1944.

FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra*: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. 2002. 392 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FEIJÓ, Alceu Mário. *Entrevista Alceu Mário Feijó*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h15min40s).

FISCHBORN, Silvana. *Entrevista Silvana Müller Fischborn*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (23min 42s).

FLORÊNCIO. *Entrevista Autor Anônimo – Florêncio*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 26s).

GERTZ, René E., *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 198 p.

GERTZ, René. A guerra que ainda não terminou: população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional* (2013). Passo Fundo: UPF, 2013.

GUCHS, Siria. *Entrevista Siria Guchs*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (25min).

KERBER, Alessandro. *Wilhelm Pommer*: memória e trajetória de um pasto imigrante no sul do Brasil. São Leopoldo, RS: Oikos, 2008. 226 p.

MARLOW, Sergio Luiz. *Confessionalidade a toda prova*: o sinodo evangélico luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil. 2013. 226 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas*: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009. 222 p.

O MUNICÍPIO de Novo Hamburgo... *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 1, 6 jan. 1944.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007. 181 p.

PAZ, Lia. *Entrevista Lia Paz*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 50s).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*: História e Oral – Projeto História, São Paulo, n. 22, p. 9-36, 1 jun. 2001.

PROJETA-SE mudar os nomes ... *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 1, 26 nov. 1943.

PY, Aurélio da Silva. As prédicas e os sermões... *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 2, 10 nov. 1939.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo, SP: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. 405 p.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

STROKA, Marilene Terezinha. *A memória em movimento*: do esquecimento à lembrança. 2013. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013.

TRAIÇÃO. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 3, 4 abr. 1942.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional*: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria, RS: UFSM, 2006. 278 p.

---

## Fernanda Gälzer

Mestra e doutoranda em Processos e Manifestações Culturais e graduada em História pela Universidade Feevale. Bolsista PROSUP-CAPES.

---

## Magna Lima Magalhães

Doutora em História. Docente do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

---

## Endereço para correspondência

### FERNANDA GÄLZER

Universidade Feevale - Câmpus II

ERS-239, 2755

Vila Nova, 93525-075

Novo Hamburgo, RS, Brasil

### MAGNA LIMA MAGALHÃES

Universidade Feevale - Câmpus II

ERS-239, 2755

Vila Nova, 93525-075

Novo Hamburgo, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística Internacional e submetidos para validação das autoras antes da publicação.*